

Andrei Cornetta\*  
andreicornetta@usp.br

## **Entre o clima e a terra: o atual regime político das mudanças climáticas globais e a agroindústria de papel e celulose no Brasil**

Dentro do tema proposto pelo Programa Sul-Sul/2012, “*Mudanças climáticas globais, transformação agrária e soberania alimentar no Sul*” buscou-se articular relações entre clima, política e economia com objetivo de analisar como essas dimensões ganham novos contornos neste início de século e impactam de maneira específica o campo brasileiro.

As relações estreitas que vem se criando entre grandes grupos do agronegócio e políticas sobre mudanças climáticas reforçam (e legitimam) um processo de expansão de monoculturas de eucalipto no território nacional e criam novas complexidades em relação às questões agrárias contemporâneas.

Foi possível verificar, ainda, que as políticas brasileiras voltadas para a mitigação das mudanças climáticas configuram-se a partir dos indicativos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas com resoluções voltadas para o emprego tecnológico e regulações de mercado. Tal característica evidencia-se nas políticas adotadas pelo Brasil, bem como na prática dos projetos mitigatórios em funcionamento no país no primeiro período do Protocolo de Quioto (2008-2012).

A partir deste momento se criou uma série de preceitos políticos climáticos regulados no âmbito das Nações Unidas que passam a exercer influência direta sobre as instâncias nacionais. O Brasil, por exemplo, e todos os demais países que ratificaram a Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima e o Protocolo de Quioto, passam a integrar um regime jurídico internacional (denominado “o sistema jurídico climático”) voltado para regulamentações sobre as mudanças do clima.

Entretanto, propomos a ideia de um “regime político das mudanças climáticas globais” para uma abordagem crítica e simétrica sobre o tema. Como explicado no artigo, inclui-se simetricamente ao regime internacional ou jurídico outros regimes como os de produção e difusão da ciência, o próprio regime climático, assim como o dos mercados *ad hoc*, baseado na lógica da mitigação ou o “direito de poluir”.

Vimos que o regime político das mudanças climáticas globais possui um número relativamente pequeno de instituições-chave, como o Estado moderno e seus adjuntos, incluindo aqui os apêndices da ONU, empresas e grupos financeiros multinacionais, bem como a própria ciência e a decorrente orientação tecnológica, como condutores de uma almejada economia de baixo carbono.

Muitas empresas do agronegócio, sobretudo as de maior inserção econômica, vêm adotando estratégias de mercado voltadas para uma almejada transição para a economia de baixo carbono. O estudo de caso analisado mostra as maneiras pelas quais o Grupo Suzano vem adotando estratégias quanto ao gerenciamento de emissões de gases efeito estufa, projetos de mitigação às mudanças climáticas entre outras formas de relacionar-se com as políticas sobre mudanças globais do clima.

Ações consideradas “mitigatórias”, isto é, que compensam ou tornam mais brando o impacto ambiental gerado, são cada vez mais adotadas por empresas que investem em Reduções Certificadas de Carbono e em práticas ambientais em geral. Ao mesmo tempo, essas empresas mantêm suas atividades que envolvem algum dano ambiental e que, pela via do mercado, pode ser compensado.

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e pesquisador PNPd do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – “Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia”.

A inserção do setor de papel e celulose no contexto da “implementação dos esforços globais para a estabilização do clima” vem sendo intensamente ressaltado pelas entidades do setor de papel e celulose que incorporam as diretrizes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, bem como os indicativos dos Relatórios de Avaliação do IPCC. Em entrevista com Marina Stefani Carlini, gerente executiva de sustentabilidade do Grupo Suzano, foi relatado, por exemplo, que as mudanças climáticas devem ser encaradas tanto pelos riscos envolvidos, quanto pelas oportunidades: “sempre observando o movimento do mercado e clientes”.

Esse aspecto comercial é evidenciado nas próprias políticas nacionais sobre mudanças do clima que incentivam a expansão das monoculturas de eucalipto, sobretudo pelas possibilidades que o setor oferece em relação ao “sequestro florestal de carbono” e a geração de energia renovável a partir da biomassa do eucalipto.

Por outro lado, os diversos impactos negativos que essa monocultura vem gerando no campo brasileiro não são “contabilizados”, nem se quer considerados por essas políticas. Empobrecimento de nutrientes do solo, balanço hídrico deficitário, como o rebaixamento do lençol freático, monopolização do uso e ocupação do solo, expropriação de pequenos produtores rurais e o consequente êxodo rural, geometrização da paisagem e comprometimento na produção de alimentos, são alguns dos impactos mais patentes que as monoculturas vêm gerando no campo brasileiro nas últimas quatro décadas.

Mesmo em áreas de empresas que atualmente investem em projetos “ambientalmente sustentáveis” e que têm grande visibilidade (sobretudo no mercado), esses impactos não deixam de ocorrer, isto é, são intrínsecos ao modelo de cultivo e à maneira que ocupam e usam o solo.

O Grupo Suzano, por exemplo, vem flexibilizando suas atividades dentro daquilo que se considera como “ambientalmente responsável”: programas de gerenciamento de emissões de gases efeito estufa, projetos de sequestro florestal de carbono, produtos específicos, como o papel Report Carbono Zero são alguns exemplos de como a empresa relaciona-se com as políticas sobre mudanças climáticas e com os mercados internacionais de compensação de gases efeito estufa.

Em Mucuri, extremo sul do estado da Bahia, as plantações de eucalipto da Suzano já geraram créditos de carbono que foram comercializados na bolsa do clima de Chicago, além de sua unidade fabril contar com o projeto “Pegada de Carbono”. Por outro lado, as atividades da empresa geram uma série de impactos que vem comprometendo o metabolismo socioecológico do pequeno município baiano.

Conforme constatado *in loco* os impactos gerados pelas atividades da Suzano não dizem respeito apenas às plantações de eucalipto – que comprometem grande parte das áreas agricultáveis de Mucuri –, mas, também, dizem respeito as suas atividades fabris. Em relação a estas, os impactos ficam por conta do comprometimento da qualidade da água do principal rio que dá nome a cidade. Agentes do poder público, imprensa local e os próprios pescadores que sobrevivem do rio, relatam que as descargas da fábrica da Suzano (localizada no km 880 da rodovia BR-101, próximo ao rio Mucuri) vêm provocando diversas alterações na ictiofauna. Segundo Sr. Salvador, pescador há vinte anos em Mucuri, “a gente não pode nem beber essa água. Eu mesmo trago de casa. Em 2010, morreu muito peixe no rio”. Essa afirmação foi verificada, também, em outras falas, como a do biólogo e fiscal de meio ambiente do município, Antônio Carlos Martins Filho:

Alguns pescadores que têm o hábito de pescar de baixo da ponte, próximo com a divisa com o Espírito Santo, chegaram com uma reclamação que havia alguma substância que estava causando irritação da pele e uma queixa de dois pescadores que entraram no rio para recolher as redes que tiveram queimaduras com uma descamação de pele. [...] procuramos um médico que

fez o pronto-atendimento na época e realmente ele detectou que houve uma queimadura.

Outros relatos enfatizam a contaminação da água do rio Mucuri e como isso vem afetando a pesca e a cultura local. Segundo Luciano Alves, morador e comerciante de Mucuri,

Um dos peixes que é a predileção de todos aqui, o peruá [...] até pouco tempo atrás ele era abundante. E por alguma razão (que a gente pode dialogar a partir das informações dos pescadores) esse peixe praticamente sumiu. É um peixe muito sensível a áreas contaminadas, poluídas. Hoje, os pescadores falam que tem que ir muito longe para pescar e não ter a certeza que vão voltar com algum. O que ocasionou isso? Os pescadores admitem que a poluição afugenta o peruá.

Em relação ao comprometimento na produção de alimentos, as atividades da Suzano voltam a ser o foco dos depoimentos colhidos em campo. O processo de ocupação das monoculturas de eucalipto no sul da Bahia vem reduzindo drasticamente a disponibilidade de terras agricultáveis e a reprodução dos diferentes usos do solo.

Muitos dos depoimentos registrados durante a visita à Mucuri enfatizam a importância dos poucos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) para a produção de alimentos. Conforme a fala de uma das lideranças locais, José Gonçalves, “antes em qualquer lugar que você via muito cultivo de alimento, mas hoje só se vê eucalipto. Tirando os assentamentos, lá fora é só eucalipto e isso é problemático”.

Moradores do município também reconhecem essa importância dos assentamentos: “Eu não sou militante nem participo do dia a dia, mas percebo que há uma importância, principalmente por esses assentamentos terem revitalizado a agricultura familiar. Se hoje nós temos acesso a produtos não industrializados, produtos com menos agrotóxicos, mais limpos, é graças a eles”, relata Luciano Alves.

A desigualdade em relação ao uso e ocupação das terras agricultáveis no extremo sul baiano é um dos fatores que foram considerados nestes relatos, sobretudo por parte dos representantes do poder público local: “hoje Mucuri deve ser o quarto maior plantador de eucalipto. Atrás de Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa. Então nós temos esses outros municípios em termos de territórios. Nosso território estima-se que cerca de 60% é ocupado pela silvicultura nas áreas agricultáveis, 20% de cana-de-açúcar e apenas 10% para agricultura familiar e assentamentos do MST”, enfatizou Leilio Maximun, diretor da Secretaria de Meio Ambiente de Mucuri.

Importante verificar que muitos desses processos que vem ocorrendo no extremo sul baiano e afetando o metabolismo socioecológico da região, como segurança alimentar, comprometimento de corpos d'água, êxodo rural entre outros impactos, são objetos de discussão pelas políticas internacionais sobre mudanças climáticas e apontados pelos Relatórios de Avaliação do IPCC como consequências da elevação da temperatura terrestre decorrente das emissões antrópicas de gases efeito estufa. Entretanto, pouco se fala sobre como os efeitos que as políticas sobre mudanças globais do clima podem aprofundar esses impactos, assim como as desigualdades socioambientais que acabam gerando.

O conjunto de transformações vindas com o atual contexto do regime político das mudanças climáticas justifica a necessidade de reflexões mais aprofundadas em relação às posições adversas que o tema suscita neste início de século XXI. Além disso, é preciso reconhecer a importância desta discussão no interior das ciências sociais tendo em vista a contribuição que estas podem oferecer para um olhar crítico sobre as relações indissociáveis entre clima, economia e política.